

## DE HOMENS, ÁRVORES E SAPOS: FORMA, ESPAÇO E TEMPO EM TAPIRAPÉ\*

Yonne Leite

Michel Foucault, em seu prefácio a *As Palavras e as Coisas*, nos diz que o livro nasceu de um texto de Borges que cita uma velha enciclopédia chinesa, intitulada o *Empório Celestial do Conhecimento Benevolente*. Nesta enciclopédia estaria escrito que “os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem mosca” (Foucault 1981:5).

George Lakoff, em *Women, Fire and Dangerous Things*, também recorre a Borges e à mesma citação da taxonomia do reino animal, usando-a como mote para a seção em que trata da classificação das coisas no mundo em dyirbal e em japonês.

Pensadores tão diferentes, com concepções diversas sobre o fenômeno da linguagem e da cognição, se servem e convergem no mundo fantástico e poético de Borges ou da enciclopédia chinesa. Um, Foucault, para nos fazer sentir que o que atingimos, “no deslumbramento da taxonomia [...] no encanto exótico de um outro pensamento” e de uma outra geografia “é o limite de nossa impossibilidade patente de pensar *isso*” (Foucault 1981:5).

Lakoff quer nos mostrar que “o que faz dessa passagem arte, em vez de mera fantasia, é que ela se aproxima muito da impressão que os leitores têm ao lerem descrições de línguas e culturas não-ocidentais” (Lakoff 1987:92).

Se cito esses autores já tão consagrados, o faço tão-somente porque, como Foucault, sinto o limite e a precariedade de meu conhecimento (portanto, de minha análise) sobre a categorização em tapirapé e, como Lakoff, que não acha serem as mulheres perigosas, como o título de seu livro poderia levar a supor, também não acho que os homens sejam moles

e asquerosos como sapos. Como Lakoff, gosto do jogo da possível cadeia — que, para muitos, é a norma — em que de uma conjunção se infere uma categorização por qualidades comuns.

Portanto, daqui não se espere nem um estudo prototípico à Lakoff ou à Rosch, nem sequer uma análise semelhante à de Dixon (*apud* Lakoff 1987), que nos leva a entender possíveis processos de classificação, ou cognição, em dyirbal.

Meu propósito é, apenas, apresentar uma descrição preliminar da classificação numeral em tapirapé (família tupi-guarani, Brasil) e chamar a atenção para esse sistema bastante singular em que se juntam classificações por forma, quantificação, perspectiva do falante (próximo/distante; visível/invisível) em seu uso para apontar objetos ou afirmar sua existência (não estou certa, ainda, se se trata de construções dêiticas ou existenciais).

Passemos aos dados.

## Os dados

Esta estória começou há muito tempo, ao tentar sistematizar os dados sobre construções interrogativas. Ao pedir a forma para “onde está a faca?”, recebia, em vez da tradução, uma resposta. Para a pergunta acima, a resposta foi *ka itowi*, construção esta que pode ser traduzida por “está aqui” ou “há uma aqui”. A insistência em conseguir uma tradução para a pergunta levou-me a mudar os objetos. E, à medida que mudava o objeto do qual indagava a localização, mudava também, total ou parcialmente, a construção da resposta. Assim, para “onde está a peneira?”, recebi como resposta ‘*ã itowi* e, para cesta ou panela, ‘*yn ityni*. Ao mudar de objetos para pessoas as formas também variaram: “onde está Marevira?”, poderia ser respondida com *epe i’yimi* ou ‘*yn ityni*’.

Os Tapirapé têm plena consciência dessas construções. Se perguntados sobre o primeiro elemento, respondem que *ka/ekwe* é para coisas “chatas” e “compridas”; ‘*ã/epe* para coisas “redondas”; e ‘*yn/ewin* para coisas altas. E a segunda parte da construção indica que o objeto está deitado (*itowi*), sentado/apoiado (*ityni*) ou de pé (*i’yimi*).

Há, portanto, uma combinação entre um sistema bem simples de formas geométricas e outro de posições também bem simples. Tratemos inicialmente das primeiras. Observe-se o quadro abaixo, em que se focalizam apenas as classificações para as formas geométricas.

<i>ka/ekwe</i>	<i>ã/epe</i>	<i>yn/ewin</i>
próximo/distante	próximo/distante	próximo/distante
“comprido”/“chato”	“redondo”	“alto”
faca no chão	prato	panela
remo	peneira	copo
canoa	cachorro	pacu (peixe)
surubim (peixe)	boi	tucunaré (peixe)
traíra (peixe)	homem/mulher de pé	coisas empilhadas
bicuda (peixe)	tartaruga	cobra enrolada para dar o bote
sabonete (peixe)	arraia	abóbora
rede	árvores	abacaxi
animados mortos	pássaros	homem/mulher sentado(a)
água correndo	água no poço	faca espetada numa árvore
peixe elétrico	mosca	rato
cobra	escorpião	etc.
etc.	sapo	
	besouro	
	etc.	

Um exame, mesmo superficial, desta lista, ora nos lembra uma enumeração caótica em que escorpião, homem, árvore e pássaros são agrupados, ora, ao conceber o homem em pé como algo “redondo”, iguala a geometria dos tapirapé à do italiano Leonardo da Vinci.

O exame também nos mostra que os objetos mudam de forma: ora um homem é “redondo” (quando está de pé), ora é “alto” (quando está sentado); uma faca pertence à categoria *ka* “chato/comprido”, quando está no chão, e à categoria *yn* “alto”, quando está espetada em uma mesa ou em uma árvore.

Vê-se, assim, que a classificação geométrica é associada e dependente da posição “deitado”, “sentado”/“apoiado” ou “em pé” do objeto. E essa dependência é recíproca, porque, como se verá a seguir, há restrições de co-ocorrências.

## Os verbos de posição

Conforme afirmado, há restrições na combinação de um morfema designativo de forma e o verbo designativo de posição: “chato/comprido” só

pode ocorrer com “estar deitado”; “alto” restringe-se a “estar sentado”; só “redondo” permite as três formas. O quadro abaixo resume as formas gramaticais e as agramaticais em que a agramaticalidade é assinalada por \*.

<i>ka/ekwe</i>	<i>itowi</i>	* <i>ka/ekwe</i>	<i>ityni</i>	* <i>ka/ekwe</i>	<i>i'ymi</i>
<i>'yn/ewin</i>	<i>itowi</i>	* <i>'yn/ewin</i>	<i>ityni</i>	* <i>'yn/ewin</i>	<i>i'ymi</i>
<i>'ã/epe</i>	<i>itowi</i>	<i>'ã/epe</i>	<i>ityni</i>	<i>'ã/epe</i>	<i>i'ymi</i>

Os Tapirapé têm consciência dessa dependência tanto que, se inquiridos sobre a forma de um determinado objeto, como fizemos em sessões individuais — em que se perguntava “tucunaré (peixe) é *ka 'ã* ou *'yn*”? —, respondiam, perguntando: “como ele está”? “morto”? “nadando”? “empilhado”? Se era sobre o cachorro, queriam saber se o cachorro estava deitado, sentado ou em pé.

É a combinação *'ã i'ymi* que põe em uma mesma classe homens, pássaros, árvores e cachorros, pois ela junta “redondo” com o que “está em pé”, ou melhor, com o que tem pernas, pé para se sustentar, que não precisa se apoiar. O sapo relaciona-se ao homem por ser *'ã* redondo, mas não entra na combinação *'ã i'ymi* e dele se separa.

Os contrastes entre as classes só funcionam, pois, nessas relações cruzadas. Se os posicionais não estiverem presentes, anula-se o sistema de formas. Passemos, então, a esse tópico.

### As neutralizações

Como se verá a seguir, há oposições que vigoram para a expressão do sistema de formas: unitário/não-unitário; vivo/morto; parado/em movimento; visível/não-visível; apoiado no solo/suspensão (sem apoio).

O peixe só é “alto” se estiver parado e vivo. Se estiver morto passa a ser “redondo” e a combinação de *'yn ityni* passa a *'ã itowi* (pacu, tucunaré, piranha). Parado é a posição em que o peixe está dentro d'água, bom para ser flechado. E a visão que dele tem o pescador é de algo “alto e sentado”. Se está morto no chão, passa a ser “redondo” e a “estar deitado”. Já o homem, o cachorro ou a galinha são *'ã i'ymi* quando de pé e *'yn ityni* quando estão sentados. Quando mortos, serão *ka itowi*, isto é, passam a ser “compridos e deitados”. Uma tartaruga só é redonda quando está parada no fundo do rio. E este é o momento feliz ou infeliz, depende da perspectiva, para ser aprisionada. Se os objetos não estão nem dei-

tados no chão, nem sentados ou apoiados, mas, dependurados, são vistos todos como compridos e finos e se usa a forma *ka* com o verbo *ka* “estar”, em vez dos verbos posturais. Sob a combinação *ka ika* arrolam-se: ave voando, estrela e lua no céu, qualquer coisa dependurada no galho de uma árvore, qualquer coisa boiando.

Assim, a combinação forma e verbos posturais parece indicar a perspectiva que o falante tem de um objeto *parado, preso a um solo e em um universo que esteja nos limites de sua visão e do qual ele é o centro*.

A introdução de movimento suspende as relações de forma e a correlação com os verbos posturais. Com verbos de movimento, usa-se a forma para “comprido”, seguida do verbo também no indicativo II: *ka itori* “chegou agora mesmo” e *ekwe itori* “está chegando”. As traduções indicam que há aí uma noção de aspecto. Embora não tenha, até o momento, uma análise definitiva dessas formas, parece-me que *ka* indica, nesses contextos, uma ação imediata e próxima, perfectiva, no sentido que lhe dá Comrie em *Aspect*, isto é, uma ação sem um desenvolvimento interno; *ekwe* indica uma ação não-imediata, imperfectiva, isto é, vista com um desenrolar interno (Comrie 1976). A diferença entre imperfectivo e perfectivo pode ser equiparada à existente em francês entre *il regnait vingt ans* e *il regna vingt ans*, ambos traduzidos em português por “ele reinou vinte anos”.

As formas para “redondo”, se usadas com verbos não-posicionais, indicam localização no espaço físico e/ou uma ação pontual: ‘ã pode ser traduzido por “aqui/agora”, nesse contexto; já a forma para “alto” acrescenta uma duração no tempo, algo semelhante a “aqui/hoje”.

Nos dois casos acima não se pode usar a forma distante do falante com a primeira pessoa. Observem-se os exemplos abaixo, em que \* significa uma forma agramatical:

<i>ã-xema'e 'a</i>	eu estudo aqui, agora
<i>a-xema'e 'a</i>	ele estuda aqui agora (na mesma sala que eu)
<i>ã-xema'e 'yn</i>	eu estou estudando aqui hoje
* <i>ã-xema'e pe</i>	eu estudo lá, agora
* <i>ã-xema'e ewin</i>	eu estudo hoje, lá
* <i>a-xema'e ewin</i>	ele estuda lá, hoje (em outra casa)
* <i>a-xema'e pe</i>	ele estuda lá, agora (em outra casa)

Essa distribuição é a mesma que ocorre com a partícula de passado *rãka*, que só pode ser usada com a primeira pessoa. Ao se referir a uma ação, no passado, praticada por outra pessoa, o falante deverá usar *rõ'õ*

*rã'e*. A partícula *rãka* tem sido tratada, na literatura sobre as línguas tupi-guarani, como um evidencial, isto é, uma partícula que indica que o falante presenciou a ação e que ela se realizou efetivamente. Quando a ação se frustrou, não pôde se realizar, por motivos acima do domínio do actante, *rãka* é substituída por *pane*. O comportamento de *rãka* é, assim, paralelo ao descrito para 'ã/epe, 'yn/ewin com o sentido de localização espacial ou ação pontual ou durativa. É, pois, bem possível que as formas dêiticas estabeleçam os limites da visibilidade para o falante. Almeida *et alii*, em *A Língua Tapirapé*, dividem o que chamam de quantificadores alógenos em quantificadores verbais, sem contato visual, e quantificadores demonstrativos, com contato visual (1983:47), e entre as formas listadas, encontram-se as que aqui apresentamos.

Mais uma vez, é a perspectiva do falante que comanda o uso das formas; é preciso que os fatos relatados estejam no âmbito de sua visão e tenham sido por ele presenciados.

Convém observar, antes de passarmos a um novo tópico, que os verbos posicionais têm também outro uso gramatical: quando se seguem a um verbo principal, passam a desempenhar um papel de auxiliaridade, acrescentando à construção verbal um aspecto progressivo. É como se o seu sentido primitivo de posição, “em pé”, “deitado”, “sentado”, se tornasse mais fluído, passando a prevalecer a idéia de uma ação em desenvolvimento progressivo, como se pode ver nas frases abaixo:

Ã'e	rõ'õ	aãpa	iryña	'yãpemamõ
Então	fato não-	ele fazer	auxiliar “sentado”	borduna
	presenciado			

“Era por isso que ele estava fazendo borduna”.

---

'ynwe	tã	ikeri	'yna
ainda	pergunta	dormir	auxiliar “sentado”
“Ele ainda está dormindo?”			

---

ãpaim	we'yma
eu estar de pé	auxiliar (base 'ym “de pé”)
“Eu estou de pé”.	

---

Quando um verbo posicional serve como auxiliar, sua forma morfológica não é mais a do indicativo II, que se emprega nas construções dêiticas. Como auxiliar, o verbo assume a forma conhecida tradicionalmente como gerúndio<sup>2</sup>.

Como se viu, tem-se um sistema bastante econômico com rentabilidade máxima, pois o jogo de seis formas permite inúmeras combinações que traduzem modularidades, aspectos evidenciais de estados, fatos e eventos diferenciados.

Restam-nos dois problemas a discutir: primeiro, a classificação gramatical dessas formas categoriais; segundo, o papel desempenhado pelo falante que se pode depreender do uso e mecanismos gramaticais.

### Pronomes, determinantes ou quantificadores?

Almeida *et alii* (1983) consideram as formas aqui tratadas como pronomes — uma vez que substituem o nome — e como demonstrativos. Sem dúvida alguma, as formas para “comprido”, “redondo” e “alto” são classificadores numerais, uma vez que expressam um indivíduo ou um exemplo de uma substância indicada pelo nome, já que a palavra *cachorro* expressa a propriedade “cachorro”, mas não se refere a nenhum indivíduo específico. É o classificador que o torna um caso da substância indicada pelo nome (Denny 1986:298).

A referência a dois ou muitos objetos neutraliza as dimensões de forma e posição. Para “dois” usa-se *emin ikāwi* e para “muitos”, a forma para “redondo” (*ã/epe*) seguida de *ikwāwi*.

Parece-nos, no entanto, que há argumentos para dizer que são quantificadores, que funcionam como operadores, e estão em uma posição fora da sentença, um sintagma que abriga foco, contraste, ponto de vista do falante<sup>3</sup>. Imagine-se uma sentença como a do português *Café, eu não gosto não*. Nela, *café* está topicalizado, isto é, está na primeira posição da frase e, mais, não está com a preposição requerida pelo verbo *gostar*, podendo indicar um contraste com *chá*, ou o tópico de uma conversa ou o ponto de vista do falante. De uma certa forma, a frase *eu não gosto de café, mas gosto de chá* seria uma versão possível em que se contrasta *café* com *chá, cerveja, água* etc., sem um mecanismo de topicalização. Por topicalização, entende-se, pois, a anteposição, para a esquerda da sentença, de um sintagma que se quer ou ressaltar, ou contrastar, ou focalizar, ou com o qual se quer introduzir o tópico de uma conversação, ou marcar o ponto de vista do falante. Uma análise em constituinte permitiria a seguinte diagramação de uma sentença topicalizada: [Top [SN SV]], em que SN — o sintagma nominal sujeito — e SV — o sintagma verbal — são os constituintes nucleares da oração — e se encontram entre os colchetes mais internos —, enquanto Top, estando fora desse núcleo, é

um elemento externo à oração. Essa possibilidade nos foi aberta pela análise proposta por Uriagereka (1995) para construções topicalizadas em línguas românicas ocidentais.

O argumento de que os indicadores de forma são elementos externos à oração, se prende à presença, nas construções em que o indicador de forma está na primeira posição da oração, de uma construção verbal conhecida na tupinologia como *indicativo II*. O indicativo II, que consiste na presença de um prefixo de 3ª pessoa *i-*, concomitantemente a um sufixo *-i*, quando a raiz verbal termina por consoante, ocorre quando sintagmas que não são o sujeito ou o objeto de um verbo são deslocados para a primeira posição à esquerda da sentença. Se não há a anteposição de sintagmas circunstanciais, do objeto indireto, do benefactivo, ou de complementos oblíquos, o verbo na 3ª pessoa recebe o prefixo *a-* e nenhum sufixo *lhe* é afixado. Vejam-se os exemplos abaixo:

(1)	<i>xeropy</i>	<i>a-a</i>	<i>ka-pe</i>
	Meu pai	3ª -ir	roça para
	“Meu pai foi à roça”.		

---

(2)	<i>ka-pe</i>	<i>i-a</i>	<i>xeropy</i>
	Roça-para	3ª ir	meu pai
	“Foi para a roça que meu pai foi”.		

---

Observe-se que, em (1), o locativo “para a roça” está posposto ao verbo e a forma que este assume é a de indicativo I, com a marca *a-* para a 3ª pessoa. Já em (2), o locativo está anteposto ao verbo e este está na forma de indicativo II, com sua marca característica de 3ª pessoa *i-*, mas sem o sufixo, porque termina em vogal. Comparem-se esses exemplos com (3) e (4), a seguir, em que se ilustram as construções com os morfemas de forma e verbos posicionais.

(3)	<i>ka</i>	<i>itowi</i>	<i>iãpepa</i>
	comprido-perto de mim	deitado-ind. II	remo
	“Há um aqui (deitado no chão)”.		

---

(4)	<i>iãpepa</i>	<i>ka</i>	<i>'op</i>
	remo	comprido-perto	deitado-ind. I
	“Há um aqui (deitado no chão)”.		

---

As duas construções têm aparentemente o mesmo sentido: “o remo está aqui deitado perto (de mim)” ou “há um remo aqui deitado perto (de mim)”. Na primeira, o quantificador está na primeira posição da sentença e o verbo no indicativo II. Na segunda, o quantificador se segue ao nome e, não estando na primeira posição à esquerda da sentença, não desencadeia o indicativo II, encontrando-se na forma do indicativo I. Pela análise que estamos propondo, esses elementos que se antepõem ao verbo e desencadeiam o indicativo II estariam fora da sentença nuclear, podendo ter funções pragmáticas, como ponto de vista do falante, introdução do tópico da conversação, ênfase, marcador de continuação tópica etc. Sem dúvida alguma a construção com o indicativo II é uma construção singular pois ela não pode ser negada. No caso em questão, se não houver o objeto do qual se indaga a localização ou a existência, a única resposta possível é a forma impessoal *nātywi* “não há”, cuja decomposição é *nā*-“negação”+*tyw* “abundância”+ *-i* “negação”.

As observações feitas aqui estão longe de oferecer uma solução para a questão gramatical. Não se explica por que não se pode topicalizar um sintagma sujeito ou objeto, já que estes não desencadeiam, quando na primeira posição à esquerda da sentença, o indicativo II, nem por que não se pode negar o verbo posicional, ou um verbo no indicativo II. A negação suspende também o sistema de formas. Portanto, mais uma oposição impõe-se para que ele vigore: existência/inexistência, muito próxima, a nosso ver, à vida/morte.

## As formas na literatura

Friedrich (1979), em seu seminal artigo sobre a classificação por formas em Tarasco, critica a desatenção das teorias lingüísticas, quer do estruturalismo, quer do gerativismo de então, para com a semântica que subjaz a essa morfologia. Atribui essa omissão a um *bias* indo-europeísta, já que, nessas línguas, esse tipo de mecanismo não é acionado para a expressão da visão geométrica do mundo, embora ele esteja presente não só nos nomes, mas também em numerais, verbos e locativos em línguas de variados continentes, como o chinês (Ásia), o maia, o kwakluth, o tzeltal (América do Norte), o kiriwana, o nhambikuara (América do Sul), entre outras. Os poucos estudos descritivos mais aprofundados sobre o mundo das formas, segundo Friedrich, se devem a Berlin, Boas, Burling, Haas, Hoijer e Malinowski, enumeração que sugere ser a área mais do domínio da antropologia do que da lingüística. Essa suposta excentricidade constitui para

Friedrich um universal tipológico que deveria constar da teoria semântica geral, incluindo, como seus primitivos, os seguintes traços: o conceito de superfície não-côncava, isto é, de orifício; a tricotomia “longo, chato e redondo”, ou de uni, bi ou tridimensionalidade, como se viu, atuante em tapirapé; a forma zoológica do corpo, principalmente do humano, como “um modelo abstrato das relações anatômicas (em contraste com as relações taxonômicas ou paradigmáticas) que podem ser mapeadas em outros corpos” (Friedrich 1979:336).

Não se busca aqui traçar ou revisar os caminhos trilhados pelos estudos subseqüentes sobre a categorização por formas<sup>4</sup>, feitos sob a égide de um campo que, muito justamente, se pode denominar lingüística antropológica, pois o tópico continua a não ser considerado pelas teorias semânticas atuais. Basta-nos excursionar brevemente pelo território brasileiro, com uma ligeira parada na Colômbia.

A primeira menção que se tem sobre morfemas indicativos de forma em língua indígena brasileira é a do nhambikuara (macro-jê), citado por Friedrich e obtida mediante comunicação pessoal de David Price, segundo o qual os nominais recebem, nessa língua, um sufixo designativo de forma “ondulada/flexível” (corda, trilha), “receptáculo” (orelha, pote, reto), “chato” (terra, céu e objetos semelhantes), “orifício” (boca, vagina, porta) e “redondo, longo, semelhante à semente, gerador” (fruto, umbigo, coração, estrela, cabeça, peito, ano, pênis, semente). Outras formas encontradas incluem “água”, “mãe/grande/fêmea”, “criança/pequeno”, “mole/esfarinhado” e “aberto/espalhado” (Friedrich 1979:352).

Do tronco e da família tupi só conhecemos um caso reportado na literatura: é o do munduruku (tronco tupi), no qual são arroladas cerca de cinquenta raízes, cuja função seria a de classificar objetos (Crofts 1971; 1973; 1985; Gonçalves 1987). É um sistema bastante complexo, descrito, mas não analisado semanticamente, que tem, além da função de classificador, a de indicar concordância no verbo. Partes do corpo, como cabeça, dedo, boca, braço, e radicais referentes ao mundo vegetal, como folha e sementes, são reutilizados: o fruto do cacau e a banana pertencem à categoria de “braço”, a cobra ou a veia, à de “dedo”, a casa, à de “cabeça”, arraia, à de “folha” e estrela, à de “semente”. Uma análise semântica sistemática, sem dúvida, evidenciaria a presença dos traços universais sugeridos por Friedrich.

Em Almeida *et alii* (1983), breve menção é feita aos classificadores em tapirapé. Porém, em nenhum dos casos referidos há um estudo totalizante e integral, que permita determinar quais as oposições semânticas vigorantes.

Outro sistema bem descrito é o encontrado na região dos Uaupés, nas línguas tukano, nas quais, segundo Gomez-Imbert (1996), a classificação nominal é uma categoria gramatical fundamental que estabelece divisões entre entidades animadas e inanimadas, singulares e plurais, masculinas e femininas. Além disso, um intrincado sistema de formas categoriza os mundos animal e vegetal. Neste, funcionam formas e tamanho: redondo, redondo grande, oblongo/côncavo, cilíndrico, cilíndrico pequeno, tubular, filiforme, filiforme grosso, chato, convexo. Porém, nem todos os animais são categorizados por formas, alguns são mais próximos do homem, e essa proximidade os torna perceptivelmente salientes. “As propriedades de saliência devem estar relacionadas com a aparência física, comportamento, ou o tipo de relação que os humanos mantêm com os animais em sua experiência cotidiana” (Gomez-Imbert 1996:456). Esta autora adota, assim, a perspectiva amplamente aceita de que é uma propriedade específica que aloca um determinado ser em uma classe. E essas propriedades são culturalmente selecionadas. Essa seleção, no entanto, obedece a restrições universais intrínsecas à estrutura do mundo e à sua percepção.

Extremamente interessante no trabalho de Gomez-Imbert, além da excelente análise das motivações semânticas para a inclusão nas classes formais, é que a autora relata um caso de exogamia e multilingüismo, como se sabe ser o da região dos Uaupés. E, adotando uma posição defendida por Levinson (1996), de restrições universais fortes e de uma versão moderadamente forte do relativismo lingüístico, enfatiza dois aspectos importantes para a questão da cognição e da hipótese relativista. Embora as inclusões nas classes — e, conseqüentemente, a motivação semântica — possam variar de língua para língua — o tatuyo e o barasana sendo bem equivalentes e diferentes do kubeo —, as categorizações expressas de modo algum determinam uma atitude diferente da dos falantes de outras línguas tukano com relação aos animais e, ainda, os outros tukano não têm nenhuma dificuldade em dominar o sistema kubeo quando aprendem esta língua (Gomez-Imbert 1996:458).

O caso que mais se assemelha ao do tapirapé é o do sikuani (Queixalós no prelo), da família guahibo, falada na Colômbia. Nesta, o sistema de formas expressa-se por verbos de postura, sendo a configuração dos objetos associada aos lexemas que significam “sentado”, “de pé”, “estendido” e “suspenso”. Os três primeiros indicam contato com o solo, distinguindo-se entre si pela configuração geométrica do objeto. Já com “suspenso”, a geometria anula-se e o lexema indica apenas ausência de contato com o solo. Como em tapirapé, não é a forma física intrínseca do obje-

to que determina a escolha do lexema, mas antes a sua posição: um objeto oblongo, cilíndrico ou um retangular é *nuka* “de pé”, se ele está levantado, é *boka*, se ele está deitado. Dimensões importam para o sistema e o critério de classificação “encontra-se, sem dúvida, na relação entre a base — ou antes, o maior comprimento mensurável da base — e a altura” (Queixalós no prelo). É assim que *boka* pode ser usado para designar a postura de um objeto mais ou menos isotrópico.

Para Queixalós, os objetos são configurados por filtros culturais que impõem à percepção dos objetos maneiras socialmente determinadas de interagirem. Mesmo assim, ensina-nos Queixalós, a melhor estratégia para a obtenção de pistas preciosas para se penetrar nesse problema é partir de uma perspectiva de objetos geométricos “puros”, sem levar em consideração a sua inserção na vida cultural. Assim, embora a percepção seja filtrada culturalmente, a apreensão semântica necessita de traços universais, descontextualizados e abstratos. Para Queixalós, é essa configuração geométrica “filtrada” por uma percepção culturalmente determinada que permite que os objetos da vida real tenham um modo de ser duplamente condicionado: por sua geometria ou pela posição ou atitude que a sociedade lhes atribui como normal” (no prelo). São, assim, esses verbos posturais que permitem aos objetos e seres uma existência no mundo, existência esta cultural e geometricamente determinada. Cremos que, para Queixalós, haveria um mundo externo, independente, que só se atualizaria por uma outra visão superimposta por uma cognição categorial moderadamente relativista, pois culturalmente determinada. E o mundo só teria existência pela categorização que lhe é dada por uma determinação geometricamente cultural.

Em sikuani, os verbos posturais não têm apenas a função de indicar a existência e a forma de seres e objetos no mundo. Poderiam ser considerados verbos “leves” ou “functores”, isto é, verbos cujo sentido é praticamente vazio e adquirem seu significado nas diversas construções em que podem figurar. De um certo modo, seu sentido e uso são extremamente amplos e diversificados. Algo como *be* ou *have* em inglês. Em sikuani, os chamados verbos posturais, além de expressarem a forma do objeto, podem servir de auxiliares, carregando noções de modo e aspecto, além de serem empregados também para a localização no espaço geográfico. A semelhança com o tapirapé é evidente.

Sistemas como o tapirapé e o sikuani, em que as idéias de forma, tempo/aspecto e espaço têm um mesmo lexema para expressá-las, fariam, sem dúvida, a delícia de Einstein, embora, creio, ele não saberia muito bem o que fazer com essa informação, nem como usá-la para a compro-

vação de sua teoria. Observe-se, porém, que ao contrário do que se esperaria no relativismo cultural, há mais coincidências do que diferenças entre as subjacências básicas de categorização.

## A perspectiva do falante

Já foi dito muitas vezes que a categorização não se resume a incluir ou excluir membros de uma classe definida por propriedades compartilhadas por todos os membros, ou por propriedades inerentes a seus membros. Com engenho e arte, será sempre possível encontrar uma motivação, física, cultural ou visual, para a inclusão de um membro em uma determinada classe ou categoria: o tapirapé concebe o mundo como “redondo”, o movimento é “comprido e chato” porque nos deslocamos por um caminho no chão, o não-movimento tem massa, volume, é alto etc.

No caso que apresentamos, há muito mais do que qualidade inerente: os exemplares mudam de forma conforme a posição em que se encontram. Além disso, essas construções não podem ser encaixadas em outras construções como “eu vi aquele objeto comprido perto de você”. Elas são independentes e as coisas das quais se afirma a existência ou se aponta a localização são referidas em relação ao falante. Para se dizer “esse objeto comprido perto de você”, tem de se usar uma outra construção. São, assim, expressões bastante circunscritas e afetas ao falante e dele particularizantes, expressando a perspectiva momentânea que ele tem de um objeto. O tucunaré é “alto”, se visto de dentro de uma canoa, por um indivíduo em pé, pronto para flechá-lo, e se estiver parado. Em movimento sua forma toma uma outra perspectiva para o observador. O falante é também o centro da alternância das formas por proximidade a ele ou por afastamento dele. E o “longe”, o “lá” deve estar dentro dos limites de visibilidade do falante. O mesmo ocorre com os evidenciais e por isso o uso da primeira pessoa é “agramatical” em algumas enunciações. Em outras construções do tapirapé, também se marca o beneficiário da ação: “é doce *para mim*”, “cheguei *para vocês*”, “choveu *para nós*”. As ações são, assim, expressas tendo como centro de referência o falante, sua inclusão ou exclusão no evento, e a relação entre ele, o ouvinte e o mundo circunstante. O interessante é que a gramaticalidade tapirapé torna essencial aquilo que para outras línguas é acessório. Em português, alemão, francês, eu não preciso me contextualizar em relação aos circunstantes, nem ao alcance do evento: eu apenas *chego* (não preciso chegar para alguém); *chove*, talvez em algum lugar (mas não para alguém); *morre-se* (mas não

de alguém). Em tapirapé, *a lanterna acende para alguém, chega-se para alguém, vai-se para alguém, morre-se de alguém*.

### Só existe mundo para alguém (Lima 1996)

Friedrich compara a conceituação expressa nos designativos de forma em tarasco à desconstrução dos objetos em seus componentes geométricos, concebida por Cézanne em seus quadros.

Para mim, o caso tapirapé sugere antes Escher<sup>5</sup>, principalmente sua xilogravura *Dia e Noite*. Aí, os traçados geométricos são básicos e aparentemente simples, mas a folha plana nos permite ver o jogo de uma bi e tridimensionalidades. De início só se vêem figuras geométricas. E a apreensão como dia ou como noite, como pássaros brancos ou pretos, indo para leste ou oeste, depende da posição do espectador, do seu mover da cabeça para a direita ou para a esquerda. As formas minuciosamente gravadas em sulcos na madeira lá estão. Mas para que suas densas configurações que, à primeira vista, parecem infinitas figuras repetidas em várias dimensionalidades, onde prevalecem, pois, conceitos matemáticos de espaço, plano, linhas e pontos, assumam significações, é preciso que alguém se poste à sua frente e o apreenda, com sua geometria intuitiva e universal, servindo-se, apenas, de um jogo de cabeça para que as diversas figuras se façam e refaçam. Não se aprecia Escher passeando por uma exposição. É preciso o olhar detido e o captar da perspectiva. O posicionamento diante do quadro. O mundo de Escher só se faz e só se constrói para alguém. E é um mundo extremamente simples, cortes em projeção de cidades, de animais que se multiplicam, se repetem e se interligam. É mundo estranho, incrível, mas inteligível a todos, crianças, velhos, letrados e iletrados.

Tem-se, pois, um cenário que só se faz mundo pelo olhar de diversos ângulos de um participante externo, disposto a recompô-lo de várias perspectivas, tornando-se, assim, Sujeito e Objeto da composição.

Parodiando Chomsky (1957:71), tem-se um conjunto finito ou infinito de formas, cada uma delas finita em comprimento, e construída de um conjunto finito de elementos. Longe estamos, pois, de uma visão relativista e culturalista, mesmo que à Levinson (1996), controlável por restrições universais. Importante para o lingüista seria poder caracterizar por que certas combinações são aceitáveis e possíveis e outras não. E mais, mostrar, em termos formais, o que determina semântica e estruturalmente a agramaticalidade das construções. Só assim chegaremos a

caracterizar as bases da cognição e da semântica sotoposta a todas as línguas. Como frisou Gomez-Imbert (1996:458), as categorizações próprias dos kúbeo de modo algum determinam uma atitude diferente destes, com relação ao mundo animal, da dos falantes de outras línguas tukano.

Essa incursão pictórica para a compreensão das formas dêiticas tapirapé nos remete às discussões sobre perspectivismo e relativismo de Viveiros de Castro (1996) e Lima (1996). Foi de Lima que retiramos o subtítulo para esta seção. Estudando o povo juruna, do tronco tupi, também a impressionaram construções como as mencionadas, “chove para mim”, “a lanterna se acendeu para ele”, que foram para ela “uma das primeiras coisas a chamar-me a atenção para a marca e importância em juruna, indelével, mas muito misteriosa, da noção de ponto de vista”. Para Lima,

“O ponto de vista implica uma certa concepção, segundo a qual só existe mundo para alguém. Mais precisamente, seja um ser ou um acontecimento — e as evidências que a minha análise permitirá destacar apontam para a não pertinência dessa distinção entre substância e acontecimento na cosmologia Juruna [...] — o que existe, existe para alguém. Não há realidade independentemente de um sujeito” (Lima 1996:31).

Vimos que a enunciação tapirapé sempre apresenta uma relação dialógica entre o falante e o ouvinte, ou entre ele e o mundo que o cerca e lhe é acessível. De um ponto de vista pragmático, poder-se-ia explicar a obrigatoriedade da presença do sintagma que marca o beneficiário da ação como a expressão da necessidade de se marcar a relação entre o fato e seus participantes, partindo do ponto de vista ou da perspectiva do falante e de suas relações com os envolvidos na interlocução. Como se mencionou na nota 3, a integração de fatores pragmáticos vem se dando nas gramáticas formais através de uma posição estrutural fora da sentença.

Parece-nos que as palavras de Lima, ao dizer que “o que existe *para o caçador* quando ele toma a palavra para falar de si mesmo é apenas parte daquilo que existe *para outrem*” (1996:31, ênfases no original), são bastante próximas da concepção que vimos desenvolvendo, pois a retomada do tópico sobre formas e categorização do mundo em tapirapé foi, sem dúvida, muito motivada pelos artigos já mencionados de Viveiros de Castro e o muito aqui utilizado de Tânia Stolze Lima.

Longe se está de uma visão de um relativismo cultural, pelo qual seria difícil explicar as enormes semelhanças da engenharia subjacente à categorização sikuni e tapirapé.

Embora seja ainda prematuro e talvez um tanto ousado, dada a natureza ainda escassa de nossos dados — mas é preciso ousar para que, com críticas, se avance no conhecimento —, é possível lançar a hipótese de que a gramática tapirapé, em seu uso das marcas de forma, aspecto/tempo, está a indicar, na interlocução, a preponderância de um conhecimento presenciado, atestado e acontecido, e os limites da visibilidade, o “eu” se situando em relação a quem a ação beneficiará, a seus interlocutores e ao mundo circundante, em termos de afastamento ou aproximação ao *locus* do evento, ação ou da própria existência.

Recebido em 8 de junho de 1998

Aprovado em 14 de julho de 1998

---

Yonne Leite é professora aposentada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ e Pesquisadora 1A do CNPq. Realiza, desde 1968, trabalhos com a língua tapirapé, tendo publicado artigos sobre a fonologia, morfologia, sintaxe e classificação desta língua da família tupi-guarani.

## Notas

\* Versão modificada e ampliada da comunicação apresentada em III Jornadas de Lingüística Aborígen (Buenos Aires, Argentina, 1997). Agradeço a João Antonio de Moraes a cuidadosa leitura da presente versão que muito me ajudou a repensar alguns pontos, retirar as ambigüidades e tornar o texto mais claro para o leitor.

<sup>1</sup> Seguiu-se, para a escrita das palavras em tapirapé, a convenção usada na escola. Nesta *y* simboliza a vogal posterior alta não arredondada, *x* a consoante oclusiva alveolar palatalizada e *'* a oclusão glotal. Por motivos técnicos, porém, tivemos de substituir a vogal posterior alta não arredondada nasalizada e a vogal anterior alta não nasalizada pelas seqüências *yn* e *in*, respectivamente.

<sup>2</sup> O uso da forma de “gerúndio” implica a co-referencialidade entre o primeiro verbo, ou verbo principal, e os que lhe seguem. Morfologicamente, o “gerúndio” tem uma forma própria: os sujeitos dos verbos intransitivos são marcados por uma série especial *e*, nos verbos transitivos, marca-se o objeto, não o sujeito. Quando o verbo termina por consoante, acrescenta-se o sufixo *-a*; quando termina por vogal, acrescenta-se *-wo*.

<sup>3</sup> Estudos como os de Juan Uriagereka (1995) e de Luigi Rizzi (1997) vêm dando atenção especial à incorporação de elementos pragmáticos, como foco, tópico, ponto de vista etc., aos mecanismos formais da gramática gerativa.

<sup>4</sup> Doris Payne (1986) oferece uma análise estimulante da classificação em *yagua* (Peru), em que os classificadores se organizam, quanto à forma, pela percepção da dimensionalidade: unidimensional, bidimensional e tridimensional.

<sup>5</sup> Gisele Machline de Oliveira e Silva serviu-se da geometria e perspectivismo de Escher, em trabalho inédito (1995), sobre marcadores discursivos em português, apresentado no IX Seminário da Gramática do Português Falado. A ela agradeço a inspiração e presto aqui minha homenagem póstuma.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. et alii. 1983. *A Língua Tapi- rapé*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil (Série Biblioteca Reprográfica Xerox).
- CHOMSKY, N. 1957. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton.
- COMRIE, B. 1976. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CROFTS, M. 1971. "Repeated Morphs in Munduruku". In VV.AA. *Estudos sobre Línguas e Culturas Indígenas* (edição especial). Brasília: Summer Institute of Linguistics. pp. 60-80.
- . 1973. "Gramática Munduruku". *Série Lingüística 2*. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- . 1985. *Aspectos da Língua Mundurukú*. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- DENNY, P.J. 1986. "The Semantic Role of Noun Classifier". In: C. Craig (ed.), *Noun Classes and Categorization*. Amsterdam: John Benjamins.
- FOUCAULT, M. 1981. *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas* (tradução de Salma Tannus Muchail). São Paulo: Martins Fontes.
- FRIEDRICH, P. 1979. "Shape Categories in Grammar". In: *Language Context and Imagination*. Stanford: University of California Press. pp. 340-359.
- GOMEZ-IMBERT, E. 1996. "When Animals Become 'Rounded' and 'Feminine': Conceptual Categories and Linguistic Classification in a Multilingual Setting". In: J.J. Gumperz e S.C. Levinson (eds.), *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 438-469.
- GONÇALVES, C.H.R. 1987. *Concordância em Munduruku*. Campinas: Editora da Unicamp (Série Línguas Indígenas).
- LAKOFF, G. 1987. *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LEVINSON, S.C. 1996. "Introduction to Part II". In: J.J. Gumperz e S.C. Levinson (eds.), *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 133-144.
- LIMA, T.S. 1996. "O Dois e seu Múltiplo: Reflexões sobre o Perspectivismo em uma Cosmologia Tupi". *Mana*, 2(2):21-47.
- PAYNE, D. 1986. "Noun Classification in Yagua". In: C. Craig (ed.), *Noun Classes and Categorization*. Amsterdam: John Benjamins. pp. 113-132.
- QUEIXALÓS, F. no prelo. *Nom, Verbe et Prédicat en Sikuani (Colombie)*. Louvain: Peeters.
- RITCHIE, W.C. 1971. "On the Analysis of Surface Pronouns". *Papers in Linguistics*, 4:1-16.
- RIZZI, L. 1997. "The Fine Structure of the Left Periphery". In: L. Haegeman (ed.), *Elements of Grammar. Handbook in Generative Syntax*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. pp. 281-337.
- SILVA, G.M. de O. e. 1995. Os Marcadores Assim, Quer Dizer, Por Exemplo. Comunicação apresentada no IX Seminário da Gramática do Português Falado. Campos do Jordão, SP, 4-9 de setembro. Mimeo.
- URIAGEREKA, J. 1995. "An F Position in Western Romance". In: K.E. Kiss (ed.), *Discourse Configurational Languages*. Oxford: Oxford University Press. pp. 153-175.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. 1996. "Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio". *Mana*, 2(2):115-144.

## Resumo

Em várias línguas não-indo-europeias, categorias gramaticais como nome, verbo, numerais etc. são classificadas segundo propriedades ou características físicas de seus referentes. Apresenta-se aqui a classificação que expressa, em tapirapé (família tupi-guarani, Brasil), as propriedades de forma (“chata”, “redonda”, “alta”) que se aliam, com restrições combinatórias, à posição (“deitado”, “sentado”, “de pé”) do objeto referenciado. A comparação feita com sistemas de classificação de línguas sul-americanas indica que, apesar da diversidade categorial aparente, é possível detectar não só um número reduzido de componentes semânticos geométricos sempre atuantes, mas também coincidências na inclusão ou exclusão dos membros nas diferentes classes. O exame, mesmo superficial, parece contrariar os pressupostos das versões, moderada ou extrema, do relativismo linguístico ou de uma infinidade de recortes de um mundo que lá está. No caso tapirapé, o que está em jogo não é a expressão culturalmente filtrada de um mundo preexistente, mas antes a apreensão de uma realidade que se constrói a partir da perspectiva que o falante tem de um evento, de um fato ou de uma existência, que se consubstancia através de uma geometria extremamente simples, mas altamente rentável, em que forma, espaço, tempo/aspecto são interdependentes.

## Abstract

In various non-Indo-European languages, grammatical categories such as name, verb and number are classified according to the physical properties or characteristics of their referents. Presenting material on the Tapirapé language (Tupi-Guarani family, Brazil), this paper focuses on a linguistic classification which expresses formal properties (“flat”, “round”, “tall”) in alliance with the position of the referred object (“lying”, “seated”, “standing”) within a system subject to combinatory restrictions. Comparison with classificatory systems of other South American Indian languages reveals that despite apparent diversity, it is possible to detect not only a reduced number of geometric-semantic components which are always at work, but also coincidences in the inclusion or exclusion of members in the different classes. Diversity can thus be seen as a surface phenomenon: closer examination appears to contradict both moderate and extreme versions of linguistic relativism or, in other words, of the alleged possibility of infinite shapings of an outside world. The Tapirapé case reveals that at stake is not the expression of a culturally filtered pre-existing world: rather, it is the case of a reality built out of a very simple but highly profitable semantic geometry in which time, space and aspect are interdependent and by which the speaker’s perspective of an event, a fact or the mere recognition of the existence of objects and beings, is apprehended.